



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

ANEXO XVIII

DEMONSTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EMITIDAS
PELO TCE/PE

Determinação/Recomendação	Situação	Ações	Justificativa
Processo TC nº: 19100022-0			
DETERMINAR , com base no disposto no artigo 69 da Lei Estadual nº 12.600 /2004, ao atual gestor do(a) Câmara Municipal de Cabrobó, ou quem vier a sucedê-lo, que atenda, nos prazos indicados, se houver, as medidas a seguir relacionadas:			
- Sempre informe, em notas explicativas dos demonstrativos fiscais (Anexos) dos Relatórios de Gestão Fiscal, a data de publicação ou, no caso de afixação em local visível da referida Câmara Municipal, o período de publicação, bem como os veículos de comunicação utilizados, como o Diário Oficial do Estado, o Diário Oficial do Município, um jornal local de grande circulação e o mural de alguma repartição pública;	Cumprida	Demonstração explícita em notas explicativas nos Demonstrativos Fiscais (RGF/Siconfi) das datas de publicação, bem como da identificação do veículo de publicação, e ainda continuidade na afixação em local visível da referida Câmara Municipal.	
- Envie esforços no sentido de	Cumprida	Disposição, atualização e adequação	



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

aperfeiçoar o atendimento aos requisitos de Transparência Pública exigidos na LRF;		do Portal da Transparência da entidade e demais meios de acesso à informação.	
- Dê prosseguimento, caso ainda não o tenha feito, à realização do concurso público e efetivação dos aprovados para preenchimento dos cargos, tudo em respeito aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.	Cumprida	Realização de Concurso Público.	Realizada a nomeação dos aprovados para preenchimento de vagas.

LEGENDA:

Determinação/Recomendação: elencar, uma a uma, por processo, as determinações ou recomendações contidas nas deliberações (decisões ou acórdãos) emitidas pelo TCE/PE, nos três últimos anos, compreendendo o referente ao da prestação de contas e os dois anteriores.

Situação: informar se a determinação ou recomendação foi cumprida (implementada), implementada parcialmente ou não implementada.

Ações: informar as ações adotadas para implementação da determinação ou recomendação correspondente.

Justificativa: este campo deverá ser preenchido com os esclarecimentos julgados pertinentes em caso de não implementação ou implementação parcial da determinação ou recomendação correspondente.